

NÚCLEO DE APOIO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS DESAFIOS

Heloisa Beatriz Cordeiro Moreira (1); Aline Santos Lima (2)
IFCE CAMPUS CAUCAIA, heloisacordeiro@yahoo.com.br (1).
IFCE CAMPUS CAUCAIA, alinesantoslina@gmail.com (1).

1. INTRODUÇÃO

Os NAPNE's foram instituídos através da resolução Nº 024/2013 DE 01 DE MARÇO DE 2013, que aprova o Regulamento Institucional do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

O NAPNE é um órgão de assessoramento e encontra-se ligado na Reitoria, a Pró-Reitoria de Ensino e em cada campus, diretamente a Diretoria de Ensino. O NAPNE, criado por Portaria em cada campus, é um setor consultivo, que responde pelas atividades de Educação, Tecnológica e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas na Rede Federal.

Ao NAPNE caberá desenvolver ações de implantação e implementação como ferramenta de inclusão na Instituição e as políticas de inclusão, conforme as demandas existentes em cada campus e região de abrangência.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IFCE-Caucaia tem por objetivo contribuir para a inclusão adequada de alunos, servidores e terceirizados com necessidades específicas no cotidiano da instituição. Para tanto o NAPNE desenvolve ações de sensibilização da comunidade interna, bem como apoia atividades de capacitação de professores e demais servidores.

Atualmente, no Instituto de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará - IFCE tem 22 NAPNE's em funcionamento. Podendo atuar com pessoas com deficiências: auditiva, visual, física, altas habilidades e autistas. Observa-se que nos diversos campi do IFCE, a cada ano, aumentam o número de alunos que apresentam alguma necessidade educacional específica, reforçando a necessidade de implementação e manutenção do NAPNE.

Porém, pensar inclusão educacional no IFCE não deveria ser algo exclusivamente relacionada ao NAPNE, já que há situações em que as ações inclusivas dependem também de outros departamentos. Outro ponto a considerar, é o fato de que os seus componentes nem sempre tem a formação necessária para atuação junto ao público a que o NAPNE se destina.

Por isso, este trabalho tem como objetivo analisar os desafios encontrados pelos NAPNE's durante sua implementação e manutenção e propor alternativas para melhorias na sua atuação, bem como conscientizar a comunidade acadêmica da sua importância e de seus limites de atuação, além de analisar os resultados alcançados a partir das ações já realizadas.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 Legislação da educação inclusiva

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência passa a ser ofertado preferencialmente na rede regular de ensino e, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, a educação especial passa a ser concebida como uma modalidade de educação escolar. A partir da década de 1990, concomitante às legislações nacionais, inúmeras conferências internacionais começam a repercutir diretamente na educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. Destacam-se: a) a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que ocorreu no ano de 1990, em Jomtien, na Tailândia, que apresentava como meta primordial a revitalização do compromisso mundial de educar todos os cidadãos e contou com a presença de representantes de cento e cinquenta e cinco governos de diferentes países; b) a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, representando noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais, que reunidos em Salamanca, Espanha, em junho de 1994, reafirmaram o compromisso em garantir a educação para todos: crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais.

Desta conferência emanou a Declaração de Salamanca; c) mais recentemente, a 48ª Conferência Internacional sobre Educação da UNESCO, ocorrida em 2008, em Genebra e que reuniu ministros da Educação, chefes de delegação e delegados dos 153 Estados-Membros, bem como representantes de 20 organizações intergovernamentais, 25 ONGs, fundações e outras instituições da sociedade civil. Esta conferência teve a educação inclusiva como um dos seus grandes temas.

Esta breve contextualização demonstra o grande número de países signatários das conferências e que a sua decorrência direta foi a incorporação de seus princípios nos sistemas educacionais.

Segundo Odeh (2000), as recomendações internacionais foram decisivas para a criação de políticas públicas que visavam à inclusão nas escolas de ensino regular na escola e que foram

prontamente absorvidas pelos quadros legais dos países da América Latina, embora sua regulamentação fosse acontecendo de maneira lenta e subjetiva, de acordo com as regras legislativas dos países. A consequência desse processo foi uma “inclusão não-planejada”, que teve início na educação básica com o acesso dos alunos com necessidades educacionais nas escolas regulares.

Em 1999, é instituída a Portaria n.º 1.679/99 que trata dos requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Também foi aprovado o Decreto n.º 3.298/99 que estabelece às Instituições de Ensino Superior, IES, a necessidade de adaptar as provas e conceder o apoio necessário, quando previamente solicitado pelo aluno com deficiência, inclusive tempo adicional para a realização das provas, conforme as características da deficiência.

O referido Decreto responsabiliza ainda o Ministério da Educação como responsável por expedir instruções para que os programas de Educação Superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionados ao estudante com deficiência. Este aspecto aparece na Resolução CNE/CP N° 1/200210, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação em nível superior de Professores que atuarão na Educação Básica, nos cursos de licenciatura e de graduação plena. Ao discorrer sobre a construção dos projetos pedagógicos dos cursos de formação, a dita resolução afirma que os mesmos deverão ter conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em 2005, é lançado o Incluir (Programa de Acessibilidade na Educação Superior), pelo Ministério da Educação, e está em vigência até a presente data. Nos dois primeiros anos (2005 e 2006) este programa objetivava principalmente criar possibilidades para que as IFES organizassem propostas de ações voltadas ao acesso ao ensino superior. Já a partir de 2007, passou a integrar as ações propostas pelo PDE e incentivar a criação e/ou fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas IES.

Vale destacar que também em 2005, o Decreto Federal 5.626/05 instituiu um novo cenário político com relação ao reconhecimento da diferença linguística dos surdos. Para tanto, insere a disciplina de Libras como obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia. De igual forma, constituiu a disciplina de Libras como optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, evidencia que a transversalidade da educação especial no ensino superior deve ocorrer por meio de ações que desencadeiem o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Para tal, o planejamento e a organização de recursos e serviços para a viabilização da acessibilidade arquitetônica, das comunicações, dos sistemas de informação, dos materiais didáticos e pedagógicos devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008).

2.2 NAPNE na educação inclusiva

De acordo com o Art. 5º da resolução Nº 024/2013 DE 01 DE MARÇO DE 2013, o NAPNE tem como competências:

I - apreciar os assuntos concernentes: a) à quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais no campus; b) ao atendimento de pessoas com necessidades específicas (deficiência, superdotação / altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento) no campus; c) à criação e revisão de documentos visando à inserção de questões relativas à inclusão na educação profissional e tecnológica, em âmbito interno ou externo do campus; d) promover eventos que envolvam a sensibilização e formação de servidores para as práticas inclusivas em âmbito institucional. II - articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades, uso e desenvolvimento de tecnologia assistiva, além de material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas; III - prestar assessoria aos dirigentes dos campus em questões relativas à inclusão de pessoas com necessidades específicas; IV - estimular o espírito de inclusão na comunidade interna e externa ao IFCE, de modo à desenvolver conhecimentos técnicos, científicos, também valores sociais consistentes na referida comunidade, para que a leve a atuar na sociedade de forma consciente e comprometida; Porém, muitos são os desafios encontrados para a implantação e efetivação dos objetivos supracitados.

Segundo Ramos, (2013) os desafios encontrados pelo NAPNE do IFRS, são: equipar os Napne's, melhorar a infraestrutura referente à acessibilidade no campus, melhorar os índices de permanência da pessoa com deficiência, efetivar os objetivos do PDI, definição de recursos dos campi para ações de inclusão, Sensibilizar os funcionários integrantes do setor de gestão de pessoas no tocante as questões de acessibilidade, a inclusão e as cotas para pessoas com necessidades específicas.

Em sua tese Rosa (2011), embora tenha enaltecido o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP) em relação às atividades desenvolvidas pela Rede Federal intencionando a inclusão social, o autor revela que seu o trabalho torna-se inviabilizado devido à precariedade de condições ofertadas pelo Estado.

Costa (2011) reflete sobre a falta de indicadores de ações para atender a proposta de política de educação para o trabalho do TEC NEP, que visa à articulação de ações para habilitação ou reabilitação dos alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Profissional em atividades laborais, visando a sua formação com sucesso e seu ingresso no mundo do trabalho. A autora analisa que cabe a instituição o papel de elo entre a formação desses alunos e seu acesso ao competitivo mercado de trabalho. Esta deve prepará-los por um viés profissional, mas garantindo a formação com perspectiva humanística. Assim, faz-se necessário o repensar da inclusão educacional, considerando-se as barreiras que persistem em relação a esses alunos, e os condicionantes do mercado que limita o recebimento da pessoa com deficiência, que apesar de ter uma formação qualificada, enfrenta as dificuldades de inserção no mercado devido à condição da deficiência.

Rech (2012) indica a demanda por políticas e ações voltadas aos alunos com deficiência, por existir a necessidade destes, acessarem a Educação Profissional, indo além da abertura dos espaços, mas principalmente na garantia de acesso político – pedagógico para sua permanência com qualidade. Ainda segundo a autora, as políticas voltadas à Educação Profissional, especificamente relacionadas ao TEC NEP, acabam por ter grande foco nos indivíduos, na igualdade de oportunidades e na sua responsabilização.

Os resultados da pesquisa de Marques (2014) indicam que o ingresso, o uso de tecnologias e a permanência dos estudantes com deficiência no Instituto Federal de Brasília (IFB) apresenta uma tendência para a mudança organizacional, pela proposição de políticas institucionais, que buscam contribuir para este processo, sendo a educação inclusiva um grande desafio institucional. O IFB segundo a autora tem avançado na proposição de políticas de ingresso de alunos com deficiência, por meio de reserva de vagas. Contudo, o desafio de garantir a permanência e superar a evasão permanece, pois a garantia da formação profissional desses alunos devem ser revistas permanentemente, para que ocorra o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na referida instituição.

Em sua tese Neto (2014) revela que a política pública da Ação TEC NEP, por meio dos NAPNE, conforme dados da pesquisa configura-se como uma política pública de formação inclusiva, que não trata de maneira ampla, simultânea e de forma integrada tanto a formação como as condições de trabalho. Esse movimento caracteriza o preconceito institucional, que tem inspiração e materialização nas políticas estatais que produz mecanismos de discriminação operados pelas estruturas e instituições públicas que o reproduzem e fortalecem. Segundo o autor, ocorre um processo de discriminação praticada pelo Estado ao atuar de forma diferenciada em relação ao segmento social minoritário, que são introduzidos em nossas escolas pela via das políticas públicas.

Sobre os desafios para o desenvolvimento desta política Neto (2014), identifica três componentes que fazem parte da prática nas instituições federais: a) infraestrutura física – salas, ambientes, instalações, equipamentos, dentre outros; b) atores da educação – envolve pessoas envolvidas no processo, professores, técnico – administrativos, etc.; e c) atitudes – envolve conhecimentos, procedimentos, dentre outros. O autor destaca ainda a inexistência de uma padronização rígida em que todos os NAPNE deveriam se adequar. Assim, o NAPNE trabalha no atendimento direto a pessoa com deficiência, como em cursos, suporte a escola e comunidade, em ações ligadas a inclusão, como assessoria ao corpo docente, discente, servidores, técnicos – administrativos e comunidade externa, capacitações, produção de materiais didáticos, disponibilização de equipamentos, entre outras. Os dados encontrados pelo autor não indicam a ocorrência de um incentivo institucional as práticas inclusivas por meio da capacitação de seus membros, disponibilização de estrutura adequada, busca de clientela, movimento, para a promoção da inclusão e fortalecimento dos NAPNE's o que poderia levá-los a maturidade necessária.

Os avanços alcançados com a implantação dos NAPNE's foram importantes, mas ainda há dificuldades para o desenvolvimento das ações objetivadas. Tais como, o número reduzido de matrículas de pessoas com deficiência, que pode ser um fator relacionado à dificuldade de acesso destes, ao processo seletivo. Pois muitas instituições ainda não possuem um sistema de cotas para atender a estes alunos. Os autores estudados indicam ainda, dificuldades na falta de estrutura física, material, recursos humanos e financeiros. Assim, compreendemos que para o desenvolvimento efetivo de ações inclusivas na Rede Federal de Ensino Público, existe a demanda eminente pela construção de uma política de inclusão na Rede, no desenvolvimento de ações conjuntas, a busca pela valorização dos NAPNE's e dos profissionais neles envolvidos, bem como, na oferta de cursos de capacitação para docentes e servidores, e a

contratação de profissionais qualificados para atuar diretamente com os alunos com deficiência.

3. METODOLOGIA

A pesquisa tem caráter qualitativo e terá característica exploratória e descritiva, visto que objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, descrevendo as principais características do grupo ou fenômeno. (GIL, 2002).

A metodologia se dá de forma observadora e participativa ao longo do projeto, que será abordada de forma dinâmica e organizada em etapas complementares a seguir evidenciadas.

A primeira etapa ocorrerá com a revisão da literatura, mediante pesquisa bibliográfica em artigos, monografias, dissertações, teses e livros para aprofundamento teórico e interpretação dos conceitos legais educação inclusiva e NAPNE.

A segunda etapa corresponderá ao levantamento bibliográfico, e pesquisa institucional, a investigação de documentos oficiais, atas, dentre outros. e de coleta de dados através de entrevistas não estruturadas com os membros do NAPNE IFCE – *Campus* Caucaia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O NAPNE IFCE *Campus* Caucaia conta com a participação de 07 docentes com formação diversificadas e uma aluna do curso técnico em petroquímica.

Como resultados obtidos, verificou-se a ampliação dos conhecimentos didáticos pedagógicos para o desenvolvimento de ações e práticas inclusivas, assim como a possibilidade de uma reflexão sobre as ações realizadas. Dentre as principais ações destacaram-se:

- Realização de estudos e pesquisas, sobre métodos, técnicas e recursos de inclusão; oferta de formação continuada, através de cursos e palestras com temas relativos à inclusão, aos docentes e comunidade escolar;
- Realização de cadastro de dados dos estudantes com necessidades específicas, para acompanhamentos, encaminhamentos e estatísticas dos atendimentos;
- Oferta de curso de extensão em Libras – Língua brasileira de sinais - para toda a comunidade escolar;

Realização de palestras para conscientização e sensibilização abordando a temática da pessoa com deficiência como “coisas de cego”, Setembro azul e realização de visita ao Instituto dos cegos e a palestra do dia da Síndrome de Down. Além disto, por meio de uma

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

arquiteta enviada pela reitoria do IFCE foi realizado diagnóstico das instalações, e posteriormente posto em relatório todas as adequações necessárias.

Muitas foram as ações realizadas pela gestão do NAPNE de Maio de 2017 a junho/2018, porém muitos são os desafios ainda encontrados, podendo destacar a falta de recursos financeiros para as devidas adequações arquitetônicas apontadas no diagnóstico, referido há pouco e capacitação dos servidores para atendimento às pessoas com necessidades específicas que queiram ingressar no IFCE *Campus Caucaia*.

5. CONCLUSÃO

Para a adequada implantação dos NAPNE's recomenda-se um maior envolvimento e participação de todos os departamentos, não só pelos membros do NAPNE, bem como a inserção da temática na gestão da instituição. Sugere-se como alternativa a padronização das ações pelos NAPNES dos IFES.

Observa-se que várias ações já foram realizadas pela gestão atual do NAPNE do IFCE *Campus Caucaia*, porém muitos são os desafios ainda encontrados.

Percebe-se através do levantamento bibliográfico com diversos autores que os desafios são praticamente os mesmos entre os IFES, podendo destacar: falta de recursos financeiros para adequações e capacitações.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Costa, G.M.A. **Núcleo de Atendimento aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE): ações para a inclusão em uma instituição de ensino profissional do Estado de Pernambuco**. 2011. 133 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

MARQUES, C. L. **Educação Profissional: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília**. 2014, 163f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Moreira, Laura Ceretta, Maria Augusta Bolsanello e Rosangela Gehrke Seger, **Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco**, Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 41, p. 125-143, jul./set. 2011.

Neto, Hildebrando Esteves. Preconceito e contato intergrupar: um estudo dos núcleos de apoio as pessoas com necessidades especiais. João Pessoa, 2014. 255f. Tese (Doutorado) UFPB-IFMT.

Ramos, Viviane Silva et al., **As Políticas de Inclusão e a Extensão no IFRS: Experiências**, abril de 2013.

Rech. J.G. **O caráter humanitário da formação dos sujeitos da educação especial** no Instituto Federal de Santa Catarina. 2012. 227 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Rosa, V.F. **Políticas públicas educacionais, direitos sociais e democratização do acesso à escola: uma visão à partir da implantação da ação TECNEP na Rede Federal de Educação Tecnológica**. 2011. 137f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2011.